

Curso de Engenharia Civil
Disciplina Estágio Supervisionado
Semestre Letivo 2022/02

**ESTÁGIO SUPERVISIONADO NO CONTEXTO DOS
SERVIÇOS DE DESAPROPRIAÇÃO E REASSENTAMENTO**

LEONARDO D'AVILA DO NASCIMENTO

Manaus, 25 de maio de 2023

Curso de Engenharia Civil
Disciplina Estágio Supervisionado
Semestre Letivo 2022/02

Estágio Supervisionado no contexto dos
serviços de desapropriação e reassentamento

Por

Leonardo D'Avila do Nascimento

Relatório Técnico elaborado como
parte dos requisitos da disciplina
Estágio Supervisionado para a
integralização dos créditos do curso
de Engenharia Civil.

Professora-orientadora: Dra. Ellem Cristiane Morais de Sousa Contente
Supervisor: Eng^o. Civil Maria da Glória Bezerra de Albuquerque
Empresa: Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE)

Manaus, 25 de maio de 2023

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	4
2. DESAPROPRIAÇÃO	5
3. REASSENTAMENTO	5
4. UGPE	6
5. PROSAMIN+	7
6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS.....	7
6.1 Desapropriação e Reassentamento	8
6.2 Elaboração de projetos e Ações.....	9
6.3 Fiscalização de obras.....	10
6.4 Processos	10
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	11
REFERÊNCIAS	12

1. INTRODUÇÃO

O estágio supervisionado obrigatório é composto por uma carga horária de 180h e 6 créditos práticos, foi realizado seguindo as normas da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e conforme definição no Projeto Pedagógico do Curso de Engenharia Civil do ano de 2010. Conforme definido no projeto pedagógico, o estágio supervisionado tem por objetivos consolidar conhecimentos adquiridos ao longo do curso, promover a integração entre os conhecimentos acadêmicos e a prática, proporcionar ao discente oportunidade de desenvolver habilidades de planejamento, supervisão, elaboração e execução de projetos e serviços de engenharia civil e proporcionar ao discente oportunidade de aprendizado profissional, em consonância com aspectos sociais, ambientais e culturais, visando suas futuras atividades.

Nesse contexto, o estágio supervisionado foi realizado na Unidade Gestora de Projetos Especiais (UGPE), com foco no Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior (Prosamin+). As atividades desenvolvidas foram no âmbito de desapropriação e reassentamento, consideradas um dos pontos iniciais do programa. As atividades de desapropriação e reassentamento seguem as normativas estabelecidas no PDR (Plano de Reassentamento) que toma como base as diretrizes da Constituição Brasileira, das leis estaduais, da ONU (Organização das Nações Unidas) e do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento).

O estágio ocorreu durante o período dos meses de Março até Maio e as principais áreas teóricas do curso que foram trabalhadas são as áreas de gestão, organização, análises estruturais e drenagem. Essa etapa prática conclui um caminho de fixação dos assuntos debatidos em aula ao visualizá-los na prática, alcançando seu objetivo de desenvolver um lado profissional e conhecimento das práticas atuais presentes no mercado.

2. DESAPROPRIAÇÃO

Segundo Andrade (2022), a desapropriação é uma das formas mais incisivas de intervenção estatal na propriedade privada, conquanto possa recair até mesmo sobre bens públicos. Perde apenas para o confisco – para o qual alguns reservam o nome expropriação –, que, além de seguir procedimento mais simplificado, não comporta indenização, sempre cabível na desapropriação, ainda que se trate de uma de suas modalidades sancionatórias decorrentes do descumprimento da função social do bem a ser desapropriado. Nada obstante, sendo o âmbito de aplicação do confisco bem mais restrito, a desapropriação é certamente a forma compulsória de despojamento patrimonial com maior impacto social admitido pelo sistema jurídico.

Obras de infraestrutura ou projetos de tamanhos distintos demandam áreas disponíveis para serem feitos, para tal é necessário a utilização, com frequência, de áreas privadas ou públicas, quando tais áreas já se encontram ocupadas, pode-se ocorrer a remoção da população local para a execução de obras devido um interesse maior.

A maioria dos países reconhece que os poderes legislativo e executivo têm um amplo poder para decidir quando há um interesse público que valida a desapropriação de determinada área e possuem legislações que permite a um governo desapropriar propriedade privada para fins de utilidade pública (AZUELA apud GERHEIM, 2021).

Segundo Gerheim (2021), imóveis podem ser declarados de utilidade pública quando empreendimentos são considerados de interesse público, em benefício da coletividade, como para execução de planos de urbanização; melhorar funcionamento dos meios de transporte coletivos, alargamento de vias, construção de rodovias, hidrelétricas, portos, aeroportos, hospitais, dentro outras possibilidades.

3. REASSENTAMENTO

A definição dada pelo Banco Mundial, presente na tese de mestrado da Gerheim (2021), dispõe que reassentamento involuntário refere-se a dois processos distintos, mas relacionados: deslocamento e reassentamento. O

deslocamento é um processo pelo qual os projetos de desenvolvimento fazem com que as pessoas percam terras ou outros bens, ou acesso a recursos. Isso pode resultar em deslocamento residencial, perda de renda ou outros impactos adversos. Reassentamento geralmente se refere ao processo pelo qual as pessoas afetadas adversamente são auxiliadas em seus esforços para melhorar, ou pelo menos restaurar, suas rendas e padrões de vida.

De acordo com dados do Banco Mundial, anualmente na década de 1990 em países em desenvolvimento, 10 milhões de pessoas foram deslocadas decorrentes de projetos de infraestrutura ligadas a hidrelétricas, transporte e projetos urbanos, resultando em 100 milhões de pessoas deslocadas por década. (CERNEA apud GERHEIM, 2021).

4. UGPE

A UGPE (Unidade Gestora de Projetos Especiais) é o órgão responsável pela execução de projetos especiais designados pelo governador do estado, atuando também na elaboração, acompanhamento e fiscalização de programas como: o Programa Social e Ambiental dos Igarapés de Manaus (PROSAMIM); o Programa de Saneamento Integrado de Maués (PROSAIMAUÉS); e os mais recentes, o Programa Social e Ambiental de Manaus e Interior (PROSAMIN+), o Programa de Saneamento Integrado de Parintins (ProsaiParintins) e o Ilumina + Amazonas (UGPE, 2023).

A UGPE nasceu a partir da Lei Complementar nº. 4.163, de 9 de março de 2015, que criou o Regimento Interno da UGPE e vinculou a mesma à Secretaria de Estado da Região Metropolitana (SRMM), a partir da lei 4.172/215, que foi modificada em 2019, após reforma administrativa através de um Projeto de Lei que incorporou a SRMM, vinculando a mesma, à Secretaria de Estado de Infraestrutura, que passou a se chamar de Secretaria de Estado de Infraestrutura e Região Metropolitana de Manaus (SEINFRA), com autonomia administrativa, operacional, orçamentária e financeira.

Os Programas e Projetos Especiais da Unidade Gestora, dentre outras finalidades, têm por objetivo promover a melhoria da qualidade de vida da população do Estado do Amazonas por meio do desenvolvimento econômico;

modernização administrativa; desenvolvimento ambiental; social; urbanístico e de infraestrutura.

5. PROSAMIN+

O Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior (Prosamin+), lançado em julho de 2021, trata de um conjunto de ações e intervenções que marcam um avanço em relação às obras do antigo programa PROSAMIM.

Na cidade de Manaus, o Prosamin+, vai representar a continuidade das intervenções e requalificações iniciadas pelo Governo do Estado nas bacias do 40, Educandos e São Raimundo, deslocando o eixo das suas intervenções para a zona leste da capital.

O programa irá atuar nas áreas de habitação, urbanismo, saneamento básico, abastecimento de água e drenagem urbana. As obras de habitação e reassentamento irão beneficiar mais de 12.500 pessoas, os investimentos são calculados em aproximadamente R\$ 73,8 milhões.

6. ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Durante o período de estágio, o discente foi direcionado ao setor social, onde desempenhou um papel de apoio nas áreas técnicas de engenharia relevantes para o setor. Sua participação coincidiu com o período inicial do programa Prosamin+, que já estava em andamento. Dado que o programa possui uma duração mínima de quatro anos, desde o momento de sua implementação até a sua conclusão, é importante ressaltar que o programa só será finalizado em período posterior ao encerramento do estágio do aluno.

No quadro 1, constam detalhes sobre as principais atividades realizadas pelo estagiário ao longo desse período. Além disso, o quadro apresenta um resumo sucinto das ações empreendidas por ele durante sua participação no estágio. Essas atividades englobam uma variedade de tarefas relacionadas às responsabilidades técnicas do setor, evidenciando a contribuição valiosa e o aprendizado adquirido pelo estagiário ao longo de sua experiência.

Quadro 1: Principais atividades desenvolvidas

TIPO DE ATIVIDADE	ATIVIDADES
Desapropriação e Reassentamento	Acompanhamento de demandas, fluxo de ações, reconhecimento de área.
Elaboração de projetos e ações	Auxílio na elaboração de mapas, acompanhamento em reuniões de obras, auxílio em soluções de crises.

Fiscalização de obras	Verificação de expedição de ficha de demolição, verificação de andamento de obra, acompanhamento de denúncias.
Processos	Acompanhamento de processos referentes a informações sobre obras e imóveis para demolição, respostas sobre envoltória de obras e informações gerais

6.1 Desapropriação e Reassentamento

O programa Prosamin+ conta com mais de dois mil imóveis em processo de desapropriação para as obras planejadas. O fluxo de desapropriação de um imóvel inicia-se com a coleta de informações pelo departamento social da UGPE, que então é repassada à Superintendência de Habitação (SUHAB). A SUHAB é responsável por conduzir os trâmites processuais, que incluem a análise social das famílias residentes no imóvel e a análise técnica realizada pelo setor de engenharia para avaliar o valor da propriedade.

Após essa etapa, o processo segue para o setor jurídico, que realiza a verificação do método de compensação a ser destinado à família e os procedimentos legais necessários. Em seguida, passa pelo setor financeiro e retorna à UGPE para os trâmites internos, incluindo a realocação dos ocupantes e a emissão da ficha de demolição do imóvel para a limpeza da área.

Durante o estágio, o discente assumiu a responsabilidade de acompanhar esse fluxo de processos e realizar a busca ativa de informações. Com isso, foi desenvolvido um banco de dados que era alimentado por meio de visitas periódicas à SUHAB e a consulta ao sistema da UGPE. Esse banco de dados permite rastrear a localização de um processo de desapropriação de um imóvel e acompanhar o progresso das demolições e a abertura de frentes de obras.

Além disso, foram realizadas visitas de campo para acompanhar a situação atual dos imóveis e observar as demolições que já haviam ocorrido. Essas visitas forneceram ao estagiário uma compreensão mais completa da realidade das propriedades e do impacto das obras em andamento.

Durante o estágio, além de acompanhar o fluxo de processos de desapropriação e coletar informações, o estagiário teve a oportunidade de interagir com as famílias moradoras dos imóveis afetados. Essas interações foram de extrema importância para compreender as necessidades e preocupações das famílias envolvidas, bem como fornecer apoio e esclarecimentos sobre o processo em andamento.

Adicionalmente, o estagiário teve a oportunidade de acompanhar de perto as demolições realizadas nos imóveis desapropriados. Essas visitas de campo permitiram observar o impacto das obras e o progresso das frentes de trabalho. O estagiário pôde

testemunhar como as áreas antes ocupadas estavam sendo transformadas para dar lugar às novas construções planejadas pelo programa Prosamin+. Essa experiência contribuiu para uma compreensão mais completa dos desafios e conquistas envolvidos no processo de revitalização urbana.

O estágio proporcionou ao aluno a oportunidade de participar de reuniões e encontros com equipes multidisciplinares envolvidas no programa Prosamin+. Essas interações permitiram uma troca de conhecimentos e experiências com profissionais das áreas de engenharia, arquitetura, direito e assistência social. O estagiário teve a chance de contribuir com suas próprias perspectivas e ideias, enriquecendo o processo de tomada de decisão e promovendo uma visão mais abrangente sobre o projeto como um todo.

Por fim, o estágio no programa Prosamin+ proporcionou ao estagiário uma visão ampla sobre os desafios e as etapas envolvidas em um projeto de grande escala voltado para o desenvolvimento urbano.

6.2 Elaboração de projetos e Ações

Durante o período de trabalho na unidade gestora, ocorreram diversas reuniões de obras, nas quais foram acompanhados prazos, discutidas mudanças de projetos, apontadas necessidades e apresentadas atualizações no plano de trabalho. Nessas reuniões, a equipe recebia os planos de abertura de frente de obras e as áreas designadas para canteiros. A partir das informações do banco de dados previamente mencionado, era realizada uma análise para verificar quais imóveis estavam dentro dessa área específica, quais já estavam passando pelo processo de demolição, quais estavam em andamento e quais ainda estavam para iniciar seus trâmites.

Com base nessa análise, grupos de ações eram formados para acelerar as desapropriações necessárias para o avanço das obras. Cabia ao estagiário acompanhar a evolução desse plano de ações e relatar se estava ocorrendo conforme o previsto ou se eram necessárias mudanças. Além disso, durante o período de trabalho, ocorriam também as reuniões das Comissões de Crises (COMCRI), que eram grupos responsáveis por lidar com situações conflitantes relacionadas à obra, como disputas de titularidade ou recusa de acordos financeiros.

Algumas dessas situações discutidas nas COMCRI resultavam em mudanças nos projetos. Isso ocorria após análise da situação atual, considerando as demandas apresentadas, e a elaboração de esboços para encaminhar o pedido ao setor de

planejamento. Em alguns casos, o novo projeto era acatado, enquanto em outros, uma contraproposta era apresentada.

6.3 Fiscalização de obras

O setor social também realiza o acompanhamento da fase pós-obra dos conjuntos habitacionais já entregues pela UGPE. Em diversas ocasiões, o setor recebia denúncias, reclamações ou solicitações relacionadas à situação atual desses empreendimentos, especialmente no que diz respeito a patologias identificadas nas unidades habitacionais ou obras irregulares realizadas pelos moradores.

Quando acionada, a equipe do setor social se deslocava até o local da ocorrência para realizar uma primeira perícia, que incluía a escuta do morador, análise visual, elaboração de relatório técnico e fotográfico, e fornecimento de um parecer preliminar. Em seguida, eram tomadas as medidas necessárias para buscar uma solução adequada para o problema apresentado.

Durante o período de estágio, o discente teve a oportunidade de presenciar diversas situações no acompanhamento dessas demandas. Entre elas, destaca-se o acompanhamento de denúncias de obras irregulares realizadas por moradores, nas quais foi realizada uma perícia para avaliar os riscos estruturais envolvidos. Após a identificação dos problemas, foram apresentadas as questões ao morador e solicitada a paralisação da obra e a correção do problema identificado. Além disso, o estagiário também acompanhou casos de inundações e problemas de drenagem nos parques residenciais, nos quais foi realizada uma visita técnica e acompanhamento até a resolução do problema, garantindo um ambiente seguro e adequado para os moradores.

6.4 Processos

Durante o estágio, uma atividade adicional desempenhada pelo aluno foi o acompanhamento de processos relacionados a questões de engenharia que chegavam ao setor em que estava inserido. Esses processos abrangiam uma variedade de assuntos, desde solicitações de esclarecimentos técnicos até problemas estruturais ou questões relacionadas a normas e regulamentos.

Quando um novo processo era recebido, o estagiário iniciava o procedimento de análise. Ele lia atentamente o conteúdo do processo, buscando compreender a natureza do problema ou da demanda apresentada. Caso o assunto estivesse relacionado às suas habilidades técnicas e conhecimentos adquiridos durante o estágio, o discente elaborava

uma minuta de resposta, na qual pontuava as considerações necessárias e as possíveis soluções para a questão em pauta.

Em seguida, o estagiário apresentava a minuta de resposta ao seu supervisor, que realizava uma revisão detalhada. O supervisor analisava as sugestões e considerações apresentadas, realizando as correções e ajustes pertinentes para garantir que a resposta estivesse completa, precisa e alinhada às diretrizes e políticas da organização. Após a revisão, o supervisor assinava a resposta finalizada e eram realizados os trâmites legais necessários para a conclusão do processo.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de estágio obrigatório desempenhou um papel fundamental na formação do discente como futuro engenheiro civil. Ao vivenciar diferentes aspectos da profissão, desde o acompanhamento de processos de desapropriação até o gerenciamento de questões relacionadas à pós-obra, o estagiário teve a oportunidade de explorar uma variedade de atividades e responsabilidades que compõem o cotidiano de um profissional da área.

Essa experiência prática proporcionou ao aluno uma compreensão mais abrangente das etapas envolvidas em projetos de engenharia, desde o planejamento inicial até a entrega final. Ao observar de perto o desenvolvimento das obras, o estagiário pôde aplicar seus conhecimentos teóricos em situações reais, identificando patologias estruturais, problemas de drenagem e outras questões técnicas, e buscando embasamento adequado para propor soluções efetivas.

Além disso, o estágio permitiu a ampliação da visão sobre as possibilidades de atuação na área da engenharia civil. Ao se envolver em atividades que iam além dos cálculos e análises estruturais, o estagiário teve a oportunidade de explorar outras facetas da profissão, como a gestão de processos, o trabalho em equipe e a interação com diferentes setores e profissionais.

Ao concluir essa etapa do estágio obrigatório, o discente adquiriu não apenas as horas necessárias para sua formação acadêmica, mas também ganhou confiança e experiência para enfrentar os desafios do mercado de trabalho. O estágio serviu como um importante ponto de transição entre a teoria e a prática, preparando o aluno para os primeiros passos de sua carreira profissional como engenheiro civil.

No geral, o estágio obrigatório representou uma oportunidade valiosa de aprendizado e crescimento, proporcionando uma visão mais ampla e aprofundada da profissão. Com os conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo desse período,

o discente está preparado para enfrentar os desafios e contribuir de forma significativa para o campo da engenharia civil.

REFERÊNCIAS

PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE ENGENHARIA CIVIL – UFAM. Disponível em: <<https://drive.google.com/file/d/1OXcMrJZjiTORmUbjGH6zkmXLcQDYrRL/view>> . Acesso em: 17 de maio 2023.

ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUCSP – **Desapropriação: aspectos gerais**. Disponível em: <<https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/113/edicao-2/desapropriacao:-aspectos-gerais>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

Gerheim, Ana Carolina Mendes. **Deslocamento involuntário e reassentamento: conflitos e complexidades na busca de alternativas**. Dissertação (mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações internacionais, 2021.

UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS – **A instituição**. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/institucional/a-instituicao/>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

UNIDADE GESTORA DE PROJETOS ESPECIAIS – **O Programa Social e Ambiental de Manaus e do Interior (Prosamin+)**. Disponível em: <<http://www.ugpe.am.gov.br/programas/prosamin/>>. Acesso em: 17 de maio de 2023.

Leonardo D'Avila do Nascimento